

De Canudos a Angicos: a ideia de um Brasil alfabetizado e consciente

Célio da Cunha

Resumo

105

O artigo tem o objetivo de analisar o significado do 50º aniversário da experiência de alfabetização de Angicos, conduzida por Paulo Freire, tomando como ponto de partida o drama de Canudos, tema central da obra clássica *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que denunciou o crime praticado contra os esquecidos sertanejos seguidores de Antonio Conselheiro. Para tanto, ancorado no alcance político da denúncia de Euclides, examina, de forma breve, diversos intérpretes e pensadores do Brasil, como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e outros até chegar a Paulo Freire, que dá continuidade ao pensamento desses fundadores e propõe em Angicos uma nova concepção pedagógica emancipadora com força para superar séculos de atraso e de exploração.

Palavras-chave: Angicos (RN); Canudos (BA); Euclides da Cunha; Paulo Freire; alfabetização de adultos; educação emancipatória.

Abstract

From Canudos to Angicos: the idea of a literate conscious Brazil

The article seeks to analyse the significance of the 50th anniversary of the Angicos pro-literacy experiment, undertaken by Paulo Freire, in terms of the dramatic Canudos event, which formed the core of Euclides da Cunha's masterpiece "Os Sertões", condemning the crime committed against the forgotten backland followers of Antonio Conselheiro. Focusing on the political importance of Euclides' excoriation, the article briefly examines the founding work of different Brazilian exponents and thinkers, such as Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré and many others, before turning to the key contribution of Paulo Freire who, expanding on the latter's line of reasoning, advocated the Angicos experience as a new emancipatory pedagogical concept eminently capable of overcoming centuries of exploitation and backwardness.

Keywords: Angicos (RN); Canudos (BA); Euclides da Cunha; Paulo Freire; adults literacy; emancipatory education.

O objetivo do presente artigo é mostrar um pouco da trajetória de lutas e denúncias contra a ignorância e em prol de um Brasil alfabetizado, tomando como referência o período que vai da rebelião de Canudos, que Euclides da Cunha inventariou e eternizou tão magistralmente em sua obra maior *Os sertões*, até a experiência emblemática de Angicos, onde Paulo Freire, com olhares e sentimentos clínicos, hasteou a bandeira de lutas contra o analfabetismo e a injustiça social no Brasil. Para tanto, procurar-se-á sintetizar – a partir da segunda metade do século 19, etapa da história em que o Brasil começa a se libertar do jugo e da síndrome imperialista e dá os primeiros passos para firmar sua identidade – a contribuição dos intelectuais que pensaram e tentaram interpretar o Brasil e que deram suporte para a longa caminhada até Angicos.

A segunda metade do século 19 representa, segundo Caio Prado Júnior, o momento de maior transformação na história brasileira. Com a abolição do tráfico africano (1850) e a conseqüente liberação de capitais até então destinados ao tráfico negreiro, ter-se-á o desencadeamento de forças renovadoras em gestação. Surgem novas indústrias e instituições bancárias, estradas de ferro, companhias de navegação a vapor. Começava a nascer um país mais moderno (Prado Júnior, 1973, p. 192).

No plano político e social, a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a campanha abolicionista e a fundação do Partido Liberal, em 1869, ajudarão a introduzir novos ingredientes na paisagem de mudanças dessa fase imperial de nossa história. Em que pesem os prejuízos financeiros da Guerra do Paraguai, a proibição do tráfico de escravos, favorecendo a introdução do trabalho livre, aliada às ideias republicanas e às novas correntes filosóficas que chegavam ao país,

contribuíram para instaurar um clima de debates renovados e de debates políticos mais críticos e prospectivos. Como sublinhou João Cruz Costa (1967, p. 100), o Brasil passa, a partir de 1850, por uma completa remodelação material e sua inteligência irá também seguir caminhos novos. Em sua obra clássica sobre a *Contribuição à história das ideias no Brasil*, ele escreveu que

em 1870, novos matizes de ideias começam a se fazer sentir na vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século 19 – vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico. Este progresso de crítica, de compreensão, era concomitante – resultado talvez – do notável progresso econômico que se expressa no Brasil, a partir de 1860, numa sensível ascensão do padrão de vida de certas classes da população e na incipiente aparelhagem técnica do País [...]. (Costa, 1967, p. 115).

Graças a “esse bando de ideias novas” que penetrava no país, para usar a expressão de Sílvio Romero, o Brasil começou a se autoexaminar sob a inspiração de correntes de pensamento que possibilitavam novos ângulos e matizes de interpretação, ensejando visão mais aprofundada da realidade nacional, seja em relação ao regime escravagista, seja sobre a ideia de república como forma de governo. Em decorrência do novo cenário intelectual, amplia-se a reação antiescravista, cuja liderança caberia aos egressos e alunos das faculdades de Direito que desempenharam papel proeminente nessa fase da história nacional. Segundo assevera Caio Prado Júnior (1973, p. 176), bacharéis e advogados foram, cronologicamente, a primeira classe pensante do País. O Brasil não possuía ainda universidades, lacuna que passou a ser preenchida pelas Academias de Direito e também pela Escola Militar da Praia Vermelha.

No embate crítico, por vezes contraditório, de verticalizar o entendimento dos “contrastes e confrontos” do Brasil sob a influência das ideias e correntes filosóficas que aqui chegavam, especialmente oriundas da Europa, surgem intelectuais como Sílvio Romero e Tobias Barreto, da Escola do Recife, que se propõem e se esforçam para uma abordagem mais realista e menos romântica da história e da cultura do País. É certo que, na ausência de instituições universitárias voltadas para a pesquisa, o Brasil não possuía ainda massa crítica de intelectuais capazes de submeter os conhecimentos importados a um exame contextualizado mais rigoroso, isto é, à “redução sociológica” – para usar a expressão cunhada por Guerreiro Ramos, várias décadas depois. Em decorrência, as ideias de Gobineau e Ratzel,¹ por exemplo, contavam com muitos adeptos. O próprio Sílvio Romero não escapou a essa armadilha, sem que devido a isso lhe sejam subtraídas suas inúmeras contribuições à cultura brasileira, especialmente no campo da história da literatura.

É importante não esquecer que as ideias de Karl Marx ainda não tinham chegado ao Brasil. A propósito, Bosi faz uma interessante observação sobre Sílvio Romero de que ele ignorava Hegel, Engels e Marx, subestimados, aliás, pela filosofia

¹ Joseph A. C. Gobineau (1816-1882), escritor, filósofo e diplomata francês, defendia a tese de que a miscigenação de raças provocaria a sua degenerescência; Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo e etnólogo alemão, acreditava no determinismo geográfico. Ambos influenciaram muitos dos equivocados de intelectuais brasileiros, sobretudo nos últimos anos do Império e no começo do regime republicano.

francesa e mesmo alemã de meados do século 19. Certamente, essa condição poderia ter proporcionado a Sílvio Romero uma abordagem mais totalizante e dialética da cultura (Bosi, 1978, p. 278). Mesmo considerando tal limitação, Bosi afirma que é a partir de Sílvio Romero que se deve datar a paixão inteligente pelo homem brasileiro, pedra de toque de uma linhagem de pesquisadores e críticos que se estenderia até os nossos dias, contando entre outros com os nomes de Euclides da Cunha, João Ribeiro, Nina Rodrigues e, a partir do modernismo, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Josué de Castro, Câmara Cascudo, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Cavalcanti Proença, Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Antônio Cândido (p. 279).

No processo de busca de afirmação da nacionalidade, de “redescobrimiento do Brasil” é sempre importante, como lembrou José Carlos Reis (2000, p. 14), contextualizar as interpretações do Brasil ao longo da história, pois não há autores superados desde que lidos em sua época. Por essa rota, cabe destaque ao Indianismo, principalmente o de José de Alencar e Gonçalves Dias, cujas fontes estavam na memória popular. Era alguma coisa de profundamente nosso, em contraposição a tudo o que era estrangeiro. O Indianismo queria provar que o País podia subsistir sem o colonizador. Era difícil para um escritor de meados do século 19, no Brasil, valorizar o negro, como José de Alencar que morreu antes que o movimento abolicionista tomasse corpo (Sodré, 1965, p. 56-57).

Na linhagem de pesquisadores e críticos que chega aos nossos dias, e que Bosi apresentou como exemplos, outros intelectuais e pesquisadores podem e devem ser incluídos, como José de Alencar, Castro Alves, Machado de Assis, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Darcy Ribeiro e Álvaro Vieira Pinto. São escritores, poetas e ensaístas que tentaram, por diversos meios, uns pela prosa, outros pela poesia e pelo ensaio crítico, ver e interpretar o Brasil, descendo à sua ossatura, navegando em águas incertas da subjetividade, porém revelando anseios e aspirações populares profundos. Como apontou Gonçalves Filho, a literatura nos faz ingressar num universo de autores e atores, no discurso de um drama que é também o nosso. Assim, a guerra de Canudos, retratada com extrema beleza e emoção em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, não é um drama só do século passado. Ele continua em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos (Gonçalves Filho, 2000, p. 14) e chega até Angicos, onde Paulo Freire hasteou bandeira mundial em prol de uma pedagogia para os oprimidos.

No âmbito do presente artigo, procurar-se-á investigar, com base na linhagem sugerida por Bosi – acrescida de outros ensaístas e ficcionistas que consideramos necessários para o longo percurso de lutas pela independência e emancipação do brasileiro – os dois pontos emblemáticos e sinalizadores que permanecem de grande atualidade no panorama de desigualdades e injustiças: Canudos e Angicos. Apesar dos sinais de alento, em virtude de políticas públicas saneadoras dos últimos anos, continuam a dificultar ou mesmo impedir a revelação do potencial de inteligência existente na grande “diversidade criadora” do País.

No propósito de percorrer a trajetória de Canudos e Angicos, dar-se-á o devido crédito a alguns pensadores e intérpretes que, direta ou indiretamente, ajudaram a chegar a Angicos. Omissões poderão existir. Mas se isso acontecer, elas sempre

poderão ser objetos de revisão. O que nos parece importante salientar são as bandeiras de lutas, empunhadas tanto por Euclides da Cunha, na denúncia do drama de Canudos, quanto por Paulo Freire, que viu em Angicos a possibilidade de começar a enfrentar um dos desafios fundamentais da época: construir uma sociedade homoganeamente aberta, de forma a permitir que o homem simples do povo descruzasse os braços e deixasse de ser mero expectador, participando, decidindo e fazendo (Freire, 1963, p. 8).

Começando com o autor de *Os sertões*, poder-se-ia perguntar: por que Euclides da Cunha? Por que Canudos? Porque mesmo utilizando a ciência de sua época que fundamentava a ideologia do colonialismo, ele conseguiu, no palco da luta de Canudos, com sua notável intuição, ver e sentir o drama de uma gente cuja culpa, observou Nelson Werneck Sodré, ancorava-se num regime feudal, que a havia jungido há séculos, e que apenas se rebelava para viver. Canudos foi uma rebelião camponesa, uma luta de classes, de oprimidos contra opressores. Os opressores, entretanto, não eram aqueles soldados que sitiaram e expugnaram o formidável reduto de Antonio Conselheiro – sertanejos também, brasileiros também, pobres também (Sodré, 1965, p. 160). Euclides, numa época em que o Estado brasileiro deixava à margem da civilização os escravos libertos e patrocinava a imigração, teve a lucidez e a coragem de denunciar um crime, que ele mesmo chamou de crime da nacionalidade (Cunha, E., 1967a, p. 460). Um crime, aliás, que haveria de continuar com a República e chegar aos nossos dias, pois a exclusão e a pobreza, apesar de algumas luzes mais recentes, continuam a vitimar milhões de brasileiros.

A trajetória de vida de Euclides, nascido em Cantagalo, no Rio de Janeiro, em 1866, foi marcada por doenças e instabilidades emocionais – como a que lhe tiraria a vida, em 1909, num crime movido pela paixão e orgulho ferido –, e por atos heroicos, como a quebra e arremesso do sabre aos pés do Ministro da Guerra em protesto contra injustiças em sua carreira. Mas, foi marcada também por postura ética, humildade, respeito e dever pela coisa pública. Como salientou Ventura (2002, p. 48), a vida de Euclides foi cheia de atitudes extremadas e gestos arrebatados, com atos de heroísmo e abnegação, nos quais ele colocou a defesa de princípios éticos e de crenças políticas acima dos interesses pessoais.

Era um ardoroso defensor da República. Quando ele ainda acreditava tratar-se de uma revolta contra a República, chegou a escrever dois artigos – “A nossa vendéia” –, nos quais defendia a ação do Estado contra as “hostes fanáticas do Conselheiro”. Devido a esses artigos, em 1897, aquiescendo a um convite de Júlio de Mesquita, viajou para o sertão da Bahia, na condição de repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, para escrever sobre o movimento messiânico de Antonio Conselheiro, figura carismática, vista como inimiga da República. Dada a fragilidade de implantação do novo regime, o perigo de um terceiro império assustava os ideais republicanos de Euclides. Em Canudos, no palco da guerra, assistindo à luta de perto e observando a intrepidez dos jagunços e sertanejos do Conselheiro, ele compreendeu porque as três primeiras expedições militares enviadas ao sertão da Bahia haviam sido fragorosamente derrotadas. Começou, então, a perceber o grande equívoco da

guerra de Canudos. Na reportagem de 12 de agosto de 1897, refletindo sobre a figura messiânica do Conselheiro, assim ele o caracterizou:

Arrasta a multidão, contrita e dominada, não porque a domine, mas porque é o seu produto natural. É inimigo da República, não porque lhe explore a imaginação mórbida e extravagante de grande transviado, mas porque o encaixam o fanatismo e o erro. (Cunha, E., 1967b, p. 70).

Nesse arrastar a multidão, pondera o autor de *Os sertões*, a figura singular do Conselheiro pregava

contra a República. O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso. Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas lhes são abstrações inadmissíveis. É espontaneamente adversário de ambas. (Cunha, E., 1967a, p. 152).

Ascendemos à República, salientou Euclides, mas deixando na penumbra secular em que jazem, abandonados, um terço de nossa gente, mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. A República estava iludida por uma civilização de empréstimo, fugindo às exigências fundamentais da própria nacionalidade (Cunha, E. 1967a, p. 153).

A partir dessa consciência crítica, Euclides passou a observar a guerra de Canudos sob novos ângulos. Colocou à margem a ciência que então imperava e que o havia levado a condenar a miscigenação racial, para abrir espaços a evidências que estavam à sua vista na guerra de Canudos, quais sejam, o extraordinário espírito de luta dos sertanejos seguidores do Conselheiro. Como bem lembrou Castelo Branco, em texto clarificador sobre o teorema de Euclides e a construção do homem e do espaço político brasileiro,

(...) a influência da ideologia do colonialismo inerente às proposições social-darwinistas, de que se utiliza Euclides para procurar explicar cientificamente os conflitos histórico-culturais, não se rendia ao determinismo cego. Era um autor engajado para quem a realidade contava mais que qualquer teoria. (Castelo Branco, apud Cunha, C., 2013, p. 11).

Por isso, Euclides, na parte de *Os Sertões* em que ele descreveu e interpretou a luta de Canudos, sintetizou do ponto de vista político e sociológico o drama de Canudos:

Insulados no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos de nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização, através de um canhão de descarga. (Cunha, E., 1967a, p. 274).

No lugar de educação e cultura, que constituía o ideal republicano de Euclides, a República insistia, com a 4ª expedição militar enviada a Canudos, resolver pelas armas e pela força um problema fundamentalmente social. Se o sertanejo se mostrava capaz de enfrentar o exército brasileiro e sobreviver em condições precárias as mais adversas, seja devido às agruras do semiárido, seja devido à pobreza do interior

nordestino, ele poderia ser capaz também de se propor aspirações mais altas para dignificar sua vida, desde que a República tivesse a lucidez em adotar política para retirá-lo do esquecimento. Euclides da Cunha (1967a, p. 86), ao proclamar, numa de suas frases antológicas, que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, revelou em poucas palavras a potencialidade de um dos tipos sociais brasileiros secularmente deixado à margem – à margem da história, para usar o título de outro livro de Euclides, que inclui alguns capítulos sobre a Amazônia, de alta beleza literária e profunda visão social e humana. Não fosse seu trágico desaparecimento em 1909, ele poderia ter realizado o sonho de nos ter legado outra obra, do mesmo porte de *Os sertões*, que seria sobre “o paraíso perdido”.

O pioneirismo de Euclides foi o de enxergar mais longe. Como bem observou Olímpio de Souza Andrade (1967, p. 19), um de seus principais biógrafos, ele foi o último a chegar a Canudos, mas o primeiro a ver tudo. Viu o que os outros não viram e, com seu livro, conseguiu abalar as mentes europeizadas equivocadas da República. Viu ainda que só por intermédio da educação e de professores seria possível alcançar a vitória que se impunha. Numa de suas reportagens, feita em agosto de 1897, percebendo certamente que seria muito difícil ao Arraial de Canudos derrotar o exército pela quarta vez, prognosticou o devir, afirmando que pelas estradas abertas no sertão das caatingas para a travessia dos batalhões, no dia de amanhã, silenciosas e desertas, venha depois da luta, modestamente, um herói anônimo, sem triunfos ruidosos, mas que será, no caso vertente, o verdadeiro vencedor: o mestre-escola (Cunha, E., 1967b, p. 71).

A denúncia de *Os sertões* representou um passo importante no processo de lutas para a superação da “ideologia do colonialismo”. Escritores ou ensaístas dessa época – ou que vieram depois – não somente dariam continuidade a essas denúncias, como se esforçaram, valendo-se de novos referenciais teóricos, em analisar e compreender as causas do subdesenvolvimento brasileiro. Com o risco de sempre omitir nomes, como já mencionado anteriormente, creio que numa linha do tempo, deveriam ser lembrados Manoel Bomfim, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Jacques Lambert, Roger Bastide, Celso Furtado, Álvaro Vieira Pinto, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré e Darcy Ribeiro. E, especificamente na área da educação, sobressaem Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Todos eles, trilhando veredas diferentes, ofereceram contribuições importantes para a compreensão e projeção do Brasil como nação emancipada e autônoma. Compreensões que seriam aproveitadas por Paulo Freire para pensar, pela via da educação, caminhos estruturantes da transição em direção a um país de contornos e conteúdos democráticos. Assim sendo, seguem breves destaques sobre os pensadores e intérpretes do Brasil que alicerçaram a trajetória de Canudos, apropriadamente chamada por Fernando Henrique Cardoso (2013, p. 66) de a “epopeia envergonhada”, até Angicos, onde Paulo Freire, com a pedagogia crítica da esperança, visualizou a oportunidade de, como argumentaram dois analistas externos, Michael W. Apple e Wayne Au (2009, p. 997), fazer o enlace entre reflexão crítica e ação crítica de forma a mudar e transformar a realidade e construir um País

mais justo, com os excluídos na condição de sujeitos e atores de um novo modelo de ética e desenvolvimento.

Manoel Bomfim, um pensador brasileiro que só nos últimos decênios começou a ser reconhecido, teve clareza de afirmar, em 1903, que, diante da grandeza e infortúnio do Brasil, era urgente fazer a campanha contra a ignorância. Um povo não pode progredir sem educação. O progresso material deriva diretamente da ciência, de suas descobertas e aplicações (Bomfim, 1903, p. 433-35).

Monteiro Lobato, o criador do Jeca, exerceu, segundo Bosi, papel que transcende de muito a sua inclusão entre os escritores regionalistas. Ele foi um intelectual participante que empunhou a bandeira do progresso social e mental de nossa gente. Depois de Euclides e de Lima Barreto, ninguém melhor do que ele soube apontar as mazelas físicas, sociais e mentais do Brasil oligárquico e da República Velha, que se arrastava por trás de uma fachada acadêmica (Bosi, 1978, p. 242).

Mário de Andrade, um dos principais próceres da Semana de Arte Moderna de 1922, movimento que contribuiu para destruir o espírito conservador e conformista da burguesia e ajudou a dar forma a um novo sentido da história do pensamento brasileiro. Foi um alerta (Costa, 1967, p. 383);

Caio Prado Júnior, um socialista pertencente à aristocracia que, utilizando o referencial marxista, mostrou muito do lado oculto do Brasil. Por sua originalidade e independência, influenciou a corrente de interpretação marxista do Brasil mais crítica e produtiva. É inegável sua importância para o conjunto das ciências sociais. Sua obra se insere na redescoberta do Brasil. Usando o materialismo histórico de forma pioneira e inovadora, ele pode prospectar o futuro do País de modo mais consistente e otimista (Reis, 2000, p. 176).

Numa linha mais moderada, Gilberto Freyre, um conservador genial, como observou Reis (2000, p. 52), procurou dar resposta a uma das indagações centrais do intelectual brasileiro e dele mesmo, entre os anos de 1850 e 1920: tinha a miscigenação causado irreparável dano eugênico no Brasil? E Freyre responde que não. Partindo da ideia de convivência fraterna entre as três raças constituidoras do povo brasileiro, ele concluiu que os males profundos que têm comprometido a eficiência da população brasileira e que são atribuídos à miscigenação, na verdade, devem-se à monocultura latifundiária que tornou a população mal nutrida. Quanto à miscigenação que formou o brasileiro, ela foi vantajosa. Criou o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, um europeu com sangue de negro ou índio (Reis, 2000, p. 72-73).

No plano da ficção, e promovendo avanços em relação aos ideais do movimento de 1922, Graciliano Ramos – por vezes deixado de lado nos ensaios de visão crítica da realidade nacional –, produziu “uma obra de profundo sentido humano e social, em que os conflitos individuais e coletivos teriam exata representação”, conforme ressaltou Nelson Werneck Sodré (1964, p. 532). Retratou com fidelidade exemplar a vida brasileira de sua época com todos os seus dramas e desencontros. Foi o narrador da decadência de uma classe e a mais alta figura pós-modernista. *Vidas secas* é um retrato fiel da condição dramática d’*Os sertões* nordestinos. Transpondo

para a ficção o drama da sobrevivência no semiárido, desvela e coloca em evidência o sofrimento e desencanto das vidas secas do sertão, vidas secas que teriam na experiência de Angicos a pedagogia da esperança.

Nas interpretações de cunho histórico, Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*, utilizando, segundo Antônio Cândido, a distinção de Max Weber entre patrimonialismo e burocracia, analisa esta tendência que colore toda a nossa sociedade, exprimindo-se no plano psicológico pelo tipo humano do “homem cordial”, o qual não se trata de um homem bondoso, mas daquele que empresta a todas as relações a tonalidade afetiva, mesmo quando o coração está seco. Desta maneira, os indivíduos contornam a despersonalização que o mundo contemporâneo tende a generalizar, devido à necessidade de racionalizar o funcionamento das instituições. Esta resistência leva ao compadrio, ao nepotismo, às exceções legais, ao respeito ao “pistolão”, configurando um tipo humano definido, cujas formas características de contato visam à objetividade das categorias (Cândido, 1963, p. x).

Na área da educação, dois destaques. O primeiro, Anísio Teixeira, que lutou por todos os meios para uma política educacional que pudesse sobrepor-se à estrutura de classe. Emergimos, salienta o autor de *Educação não é privilégio*, do período colonial sem o sentimento de uma verdadeira luta pela independência. Não chegamos a ser democráticos senão por reflexos culturais de segunda mão. Éramos autoritários e anacronicamente feudais, com uma estrutura de sociedade escravista e dual, fundada na teoria de senhores e dependentes (Teixeira, 1977, p. 28, 62).

O segundo, Fernando de Azevedo, chamado por Paulo Freire (1967, p. 82) de “o Mestre brasileiro”, um dos fundadores da Universidade de São Paulo e redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, defendeu ao longo de sua trajetória uma política de Estado para a educação, acima e livre de interesses político-partidários. Uma política de educação que tivesse por pressuposto uma filosofia da educação para ajudar o País, numa dada situação histórica, a atingir seus objetivos e metas. Por isso, os objetivos não podem ser estabelecidos sem levar em consideração as condições concretas do meio e as aspirações e necessidades coletivas (Azevedo, [s. d.], p. 141).

Em termos de análises de inspiração sociológica, é importante considerar as contribuições de dois franceses que vieram para o Brasil e aqui permaneceram por muitos anos, respectivamente Jacques Lambert e Roger Bastide. Jacques Lambert, com a obra *Os dois brasis*, mostrou não somente o contraste de uma sociedade dualista, como também as misérias dos vários brasis. O Brasil, segundo o ensaísta, é um país mais desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido.

Roger Bastide, em *Brasil, terra de contrastes*, esmiuçou as várias assimetrias que se distribuem por todo o país. Contrastes geográficos, sociais e econômicos. Tentou compreendê-los, chegando a afirmar que o sociólogo que quiser entender o Brasil, não raro, precisa transformar-se em poeta (Bastide, 1973, p. 15). Escrevendo esse livro quando já havia retornado à França, ele o concluiu dizendo da crescente importância da jovem potência que era o Brasil e que talvez pudesse assumir no dia de amanhã o papel de grande nação mediadora entre a América, a África e a Europa (p. 282).

Guerreiro Ramos, indignado com o “empréstimo de ideias”, propôs a redução sociológica para contextualizar a assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados. Trata-se de um procedimento metódico crítico-assimilativo da experiência estrangeira. Não significa isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. Ao contrário, deve ser vista como uma aspiração ao universal, porém, mediatizado pelo local, regional ou nacional (Ramos, 1996, p. 68, 72-73).

Nelson Werneck Sodré foi considerado por Reis (2000, p 147) o teórico marxista mais importante dos anos 50. Suas contribuições foram importantes para mostrar as sucessivas roupagens da ideologia do colonialismo. Se, no final do século 19, existiam as teorias da superioridade racial e do clima que exerceram poderosas influências nos intelectuais e governantes da época, assistimos depois a rápida transição dessas ideologias para novos dísticos, como a crença de que só podemos nos desenvolver com a ajuda estrangeira (Sodré, 1965, p. 15).

Álvaro Vieira Pinto, um dos intelectuais líderes do extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), muito lembrado por Paulo Freire nos seus primeiros livros, acreditava e “confiava na capacidade de discernimento das massas trabalhadoras” (Saviani, 2008, p. 312). Em sua obra maior, *Ciência e existência*, ele interpreta a cultura como produto do processo produtivo, sendo importante sublinhar que a noção decisiva é a sua dupla natureza: de *bem de consumo*, enquanto simultaneamente materializado em coisas e artefatos e subjetivado em ideias gerais, na ação produtiva eficaz do homem na natureza; e de *bem de produção*, no sentido em que a capacidade, crescentemente adquirida, de subjugação da realidade pelas ideias que a representam, constitui a origem da nova capacidade humana. Ambos os aspectos da cultura coexistem em toda sociedade, porém, em sociedades onde há classes distintas e com oposição de interesses, os dois aspectos não se encontram igualmente distribuídos. Daí resulta a situação em que apenas um grupo minoritário, por ser o detentor da cultura como bem de produção, forma a classe de privilegiados cultos, enquanto o restante, isto é, as massas, que somente manejam os bens de produção, mas sem os possuir, passa a ser considerado a parte inculta da sociedade (Pinto, 1979, p. 124).

Florestan Fernandes, ressalta Reis, apesar de ter pesquisado e conhecido profundamente a realidade nacional na amplitude de suas contradições, continuou otimista e utópico. Sonhou com uma realidade brasileira integrada, emancipada, autônoma, livre, independente e moderna, desenvolvida, democrática, avançada objetiva e subjetivamente. E o sujeito criador desse Brasil novo não será a burguesia por ser dependente, egoísta e autoritária, mas o proletariado e o campesinato, as maiorias excluídas – mulheres, negros, crianças, estudantes, enfim, os cidadãos brasileiros (Reis, 2000, p. 234).

Por último, Darcy Ribeiro. Antes de morrer, disse que “gostaria de ficar na memória das pessoas, pedindo que sejam mais brasileiros”. Incorporou de forma mais substantiva à sua noção de povo brasileiro os deserdados da sociedade – os excluídos dos direitos básicos, primordialmente o direito à educação (Bomeny, 2009, p. 343). “Nós, brasileiros”, ele afirmou, “somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime

ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo, [...] até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Uma nova romanidade, tardia, mas melhor, porque lavada em sangue índio e negro” (Ribeiro, 1995, p. 447).

Todos esses intérpretes e pensadores procuraram explicar e decifrar o “enigma chamado Brasil”, suas assimetrias e desigualdades, suas alegrias e desesperanças, como também se esforçaram em sugerir caminhos e rotas alternativas (Botelho, Schwarcz, 2009). Outros intelectuais pioneiros dos rumos da nacionalidade poderiam ter sido considerados, não fossem os limites de espaços do artigo, como, por exemplo, Paulo Prado, Costa Pinto, Antônio Cândido, Josué de Castro e Fernando Henrique Cardoso. Os pensadores do Brasil destacados para compor o presente texto foram fundamentais no sentido de criar uma base de conhecimentos e reflexões indispensáveis à construção da nacionalidade. Todos eles, com maior ou menor intensidade, pensaram destinos e utopias. Utopias que são necessárias, pois muitas das conquistas humanas no domínio científico, religioso e político partiram de alguma forma de utopia (Ainsa, 1997, p. 8).

Sempre que as reflexões de um filósofo ou pensador conduzam a necessidades de mudança, o caminho da pedagogia e da escola sobressai como lugar privilegiado para a efetivação das transformações pretendidas. E aqui chegamos a Paulo Freire, cuja ousadia foi sinalizar com Angicos a possibilidade de efetuar mudanças e concretizar utopias. Das veredas abertas pelos batalhões militares da guerra de Canudos – veredas que Euclides da Cunha sonhou que doravante fossem percorridas pelo mestre-escola –, até Angicos, o pensamento brasileiro amadureceu para atingir os pontos mais críticos, desvelando no plano teórico os obstáculos que vinham impedindo o Brasil de ser uma nação autônoma e consciente de seus limites e possibilidades.

Paulo Reglus Neves Freire, nascido e criado numa das regiões mais sofridas do País, haveria de, com sua arguta sensibilidade, aliada a estudos contínuos das ideias nos campos filosófico, político e educacional, pensar em como o Brasil poderia aproveitar ensinamentos e lições como a de Canudos, incorporando em sua teoria da educação inspirações e contribuições dos intérpretes mencionados e, certamente de outros, que ajudaram a delinear e iluminar os horizontes que precisariam ser perseguidos para a transformação do Brasil em nação, sujeito de sua construção e de seu futuro. Como frisou Manfredi (1981, p. 68), “sem uma adequada compreensão das características da ‘sociedade tradicional brasileira’, Paulo Freire não poderia vir a ter uma visão suficientemente clara do presente, daí sua preocupação de situar o ‘ontem’ no nosso processo de desenvolvimento histórico”.

Tanto no seu primeiro livro, *Educação e atualidade brasileira*, como no seguinte, *Educação como prática da liberdade*, Paulo Freire reporta-se à evolução política e econômica do Brasil, citando muitos dos intérpretes mencionados neste artigo, como Gilberto Freyre, Álvaro Vieira Pinto, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Caio Prado Júnior. A partir dessa visão histórica, ele começa a estruturar seu pensamento em direção a uma transitividade crítica. O trânsito é tempo de crise de uma sociedade fechada e ele vê “nas últimas décadas da história brasileira, um período de trânsito, isto é, de crise dos valores e temas tradicionais e constituição

de novas orientações” (Weffort, 1967, p. 16). Uma das maiores tragédias do homem moderno, asseverava Freire (1967, p. 43), consiste na sua dominação pelos mitos e pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando à sua capacidade de decidir. O homem simples vem sendo esmagado, convertido em expectador, dirigido pelo poder dos mitos (p. 45). Era imperioso fazer a transição de uma sociedade fechada, colonial, escravocrata, antidemocrática, para uma sociedade onde as pessoas se portassem como autores de seus destinos.

A ideia de Angicos nasceu do somatório de experiências no campo da educação de adultos lideradas por Paulo Freire, principalmente no marco do Movimento de Cultura Popular, do Recife, onde foram lançadas duas instituições básicas de educação e cultura – o Círculo de Cultura e o Centro de Cultura. No Círculo de Cultura, onde eram debatidos temas importantes para o País, tais como nacionalismo, remessa de lucros, voto do analfabeto, socialismo, os resultados foram surpreendentes. Com base nessa experiência, Paulo Freire começou a pensar num método ativo de alfabetização que atingisse o mesmo resultado e que levasse o analfabeto a tomar consciência de si mesmo (Freire, 1963, p.12 *et seq.*). O método começou a ser testado no Poço da Panela, bairro tradicional de Recife, com 5 analfabetos, passando em seguida para 8 e depois, 25, sendo que, na vigésima hora, a maioria já estava escrevendo palavras e pequenos textos (p. 19). A essa altura, Darcy Ribeiro – que Paulo Freire considerou um dos mais eficientes ministros que o País já teve – liberou recursos para a ampliação das experiências (p. 19). Percebendo a importância política e revolucionária do método, o governador Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte, aceitando as exigências de liberdade e autonomia postas por Paulo Freire, decidiu apoiar a experiência de Angicos, em 1963, onde trezentos homens e mulheres foram conscientemente alfabetizados em menos de 40 horas .

A escolha de Angicos foi estratégica. Município situado no sertão do Rio Grande do Norte, distante 156 km da capital do Estado. Ao tempo da experiência, possuía uma população de 9.542 habitantes, sendo 75% na área rural e a maior parte analfabeta. Era uma população, segundo Paulo Freire, mais para a “intransitivização” do que para a “transitivização”, tendo proporcionado dados concretos quanto à possibilidade de conscientização por um método ativo e dialogal (Freire, 1963, p. 20).

Foi com a experiência de Angicos que Paulo Freire começou a ser conhecido no Brasil. Num primeiro momento, salienta Beisiegel (2010, p. 14), divulgou-se que o governo do Estado realizava uma campanha de alfabetização em 40 horas com um novo método; depois, verificou-se que a proposta de Paulo Freire transcendia os procedimentos metodológicos. Sem dúvida, na proposta de Angicos já estava implícita a ideia de uma nova teoria da educação e de um sistema completo de educação de adultos, da alfabetização à universidade popular. Todavia, antes de dar continuidade ao sentido e legado de Angicos, torna-se oportuno dedicar alguns parágrafos ao tempo histórico e político da experiência de Angicos que, direta ou indiretamente, contribuiu para viabilizar essa experiência pioneira e emblemática.

O Brasil dessa época, depois de uma experiência democrática e de desenvolvimento vitoriosa de Juscelino Kubitschek, elegeu presidente, com

expressiva votação, o político paulista-matogrossense Jânio Quadros que, após sete meses de governo, renunciou, abrindo uma crise político-institucional devido à resistência dos militares à posse do vice-presidente Jango Goulart. O impasse só seria resolvido com a implantação do regime parlamentarista. Goulart no poder, procedeu a um plebiscito e conseguiu seu intento de retorno ao presidencialismo. Ligado às esquerdas, viabilizou espaços para reivindicações históricas do povo brasileiro, sistematizadas nas chamadas reformas de base, entre elas a reforma universitária e a campanha de alfabetização. O clima favorável dos anos Goulart possibilitou até a elaboração do Plano Trienal de Educação. Além disso, no âmbito internacional, alguns acontecimentos concorreram fortemente para a radicalização dos movimentos de esquerda, entre eles, na vertente política, as conquistas espaciais da União Soviética e a vitória da revolução cubana; e, no plano religioso, a convocação do Concílio Vaticano II por João XXIII possibilitou a abertura da Igreja para movimentos sociais de vanguarda, sensibilizando-a em relação a desafios de inegável alcance social e político. Assim, por exemplo, a encíclica *Pacem in terris*, de abril de 1963, condenou o racismo, o colonialismo, a corrida armamentista, o imperialismo, a divisão de classes e as restrições à liberdade (Andrade, J., 1963, p. 118). Essa nova e histórica posição da Igreja motivou e impulsionou a atuação política de muitas ordens religiosas, como foi o caso dos dominicanos no Brasil, cujo expoente mais destacado, o frei Carlos Josaphat, liderou a criação do periódico *Brasil Urgente* em São Paulo, jornal semanal que, durante a sua breve existência (1962-1964), veiculou matérias críticas de combate às injustiças e desigualdades. O certo é que,

os últimos anos da “república populista” foram marcados por intensas agitações sociais nas cidades e até mesmo nas áreas rurais, agora alcançadas por diferentes ensaios de organização social. A atuação política do governo Goulart, articulada a partir da afirmação da necessidade das chamadas reformas de base, atemorizava os defensores da “ordem social” vigente. A revolução cubana e a vinculação do país ao bloco socialista despertavam temores de possível gestão de uma “segunda Cuba” no nordeste brasileiro. A educação popular não poderia ficar à margem das tensões políticas do período. (Beisiegel, 2009, p. 135).

Por todo o Brasil, sindicatos, estudantes, partidos políticos de esquerda se mobilizaram para reivindicar as reformas de base e projetar cenários de inspiração socialista. As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, no Nordeste, irritavam os detentores do poder e os proprietários de terra. Da mesma forma, a eleição de Miguel Arraes para governador de Pernambuco gerava desconfiança entre os senhores de engenho e os usineiros. Muitos senhores de engenho eram latifundiários e, na época, o polo industrial já se afirmava agressivo politicamente. Foi nesse clima de conflitos e tensões políticas que a experiência de Angicos foi lançada. Em que pesem as motivações políticas do governador Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte, esse projeto pioneiro acenava para a emancipação do homem brasileiro ou, como anotou Biesiegel (2009, p. 134), para a “redenção dos brasileiros pela via da educação”. Em outras palavras, para a reparação do crime de Canudos e de tantos outros cometidos ao longo da formação histórica do povo brasileiro. Tornava-se urgente, na síntese magistral de Paulo Freire (1983, p. 108): “apanhar esse povo emerso nos centros urbanos e emergindo já nos rurais e levá-lo a inserir-se no processo, criticamente”.

A esse tempo, a emergência da cultura popular tornou-se bandeira de luta de vários movimentos. Como sintetizou Fávero (1983, p.7),

Procurava-se definir o papel da cultura na revolução brasileira. E as pessoas ou grupos que reescreveram essa expressão, no pródigo embora conturbado, Brasil dos anos 60, tentaram praticar tudo o que pensaram que ela queria e podia significar. Acreditavam, sobretudo, que, por diferença ou por oposição, reinventavam ideias e propunham novas práticas.

Era necessário, salientava Paulo Freire (1963, p. 21), sair da fase da transitividade ingênua em que o Brasil se encontrava, para a fase de transitividade crítica mediante uma educação dialogal e ativa, caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas. Nessa direção, Paulo Freire, valendo-se do progressivo arsenal de conhecimentos que vinham sendo acumulados pelos intelectuais que tentaram analisar, interpretar e situar historicamente o Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do período imperial de D. Pedro II e que teve em Canudos a representação emblemática das mazelas e omissões da nacionalidade, procurou, com Angicos, tendo como base a experiência do Centro Dona Olegarinha, colocar em prática um método que fosse capaz, de acordo com as condições de tempo e espaço, de transformar o homem em sujeito crítico por meio do debate de situações desafiadoras, de organizar o pensamento do homem analfabeto e levá-lo a reformar suas atitudes básicas diante da realidade (Freire, 1963, p. 13).

No contexto dos anos turbulentos do tempo do presidente Goulart, essa possibilidade ou essa utopia, parecia possível. Esse foi o grande objetivo do plano de alfabetização concebido por Paulo Freire. Darcy Ribeiro, então ministro da Casa Civil, que o havia indicado ao Ministério da Educação do então ministro Paulo de Tarso, sonhou com a ideia de um Brasil alfabetizado, não uma alfabetização mecânica, mas uma prática educativa formadora de uma nova mentalidade. No lugar de uma escola noturna para adultos – em cujo conceito há certas conotações um tanto estáticas, em contradição, portanto com a dinâmica do trânsito –, Paulo Freire insistia que se tornava necessário o Círculo de Cultura, onde se poderia substituir programas por situações existenciais e mais críticas, ligadas à vida (Freire, 1963, p. 14).

Todavia, a fase de nossa história em que ocorreu a experiência de Angicos foi cheia de contradições e equívocos. As esquerdas, como bem salientou Weffort, acreditavam e agiam na mobilização das massas. As reformas de base reivindicadas necessitavam de pressão popular. Os políticos populistas desse período defendiam os ideais das mudanças almejadas, porém, jamais puderam entender toda a celeuma criada pelos grupos de direita em torno da pedagogia de Paulo Freire. Percebiam o movimento de educação popular como as demais formas de mobilização das massas, ou seja, em termos eleitorais; além disso, habituados às lutas eleitorais, perderam-se na retórica e, no fundo, queriam fazer uma revolução com palavras. E o preço dos equívocos foi o golpe militar de 1964 (Weffort, 1967, p. 25).

Ficou a semente. Mais do que isso, porque a experiência de Angicos teve êxito, pois a avaliação feita indicou que mais de 70% das pessoas foram alfabetizadas e, “apesar de sua especificidade nacional e de sua conexão com uma etapa da história brasileira –, pode hoje começar a ser estudada em sua significação mais ampla, que

transcende os marcos deste período e as próprias fronteiras do País” (Weffort, 1967, p. 9).

Assim sendo, mais de meio século depois, o sentido e o significado de Angicos permanecem atuais. Aí Paulo Freire lançou a pedagogia dos oprimidos, bandeira que continuará a incomodar, e de forma crescente, enquanto persistirem crianças, jovens e adultos sem escolas e à “margem da história”; enquanto persistirem desigualdades e injustiças gritantes. O Brasil só se tornará uma nação republicana quando os ideais de Angicos estiverem plenamente incorporados nas políticas educacionais. Não somente incorporados no discurso, mas em termos de ações continuadas de reparação das omissões e equívocos da nossa história, como o da guerra de Canudos.

Se a partir de *Os Sertões*, como afirma Cardoso (2013, p. 70), “a consciência crítica brasileira reforçou seu sentimento de culpa para o outro Brasil, [...] o da pobreza rural, do analfabetismo, da fome, da doença [...], mesmo sem conseguir modificá-lo”, a partir de Angicos, Paulo Freire visualizou concretamente a possibilidade de retirar o “outro Brasil” do esquecimento secular, mediante uma concepção de educação fundada, como diz Gadotti (1996, p. 81), na conscientização e no diálogo, pois “a conscientização ultrapassa o nível da tomada de consciência através da análise crítica, isto é, do desvelamento das razões de ser desta situação, para constituir-se em ação transformadora da realidade.

Referências bibliográficas

AINSA, Fernando. *La reconstruction de l'utopie*. Paris: Unesco, 1997.

ANDRADE, Juracy. João XXIII, ou a igreja que muda. *Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife*, n. 4, p. 115-124, abr./jun. 1963.

ANDRADE, Olímpio de Souza S. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. *Canudos e inéditos*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

APPLE, Michael A.; AU, Wayne. Politics, theory, and reality in critical pedagogy. In: COWEN, R.; KAZAMIAS, A.; UNTERHALTER, E. (Org.). *International handbook of comparative education*. London: Springer, 2009. v. 22, p. 991-1007.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. Tomo I.

BASTIDE, Roger. *Brasil terra de contrastes*. 5. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Paulo Freire*. Recife: Massangana, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Das 40 horas de Angicos aos 40 anos da Pedagogia do Oprimido. In: MAFRA, Jason Ferreira et al. (Org.). *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. p. 133-138. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/3083#page/134/mode/1up>>.

BOMENY, Helena. Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, L. Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina*. Rio de Janeiro: A Noite, [1903].

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: UnB, 1963.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, Célio da. A dimensão pedagógica d'Os sertões. In: CUNHA, Célio da; SILVA, Maria Abádia (Org.). *Pensamento pedagógico e políticas de educação*. Brasília: Faculdade de Educação UnB, Liber Livro, 2013.

120

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 27. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1967a. 471 p.

CUNHA, Euclides da. *Canudos e inéditos*. Introdução, seleção, cronologia e apresentação de Olímpio de Souza Andrade; estabelecimento do texto por Dermal de Camargo Monfrê. São Paulo: Melhoramentos, 1967b. 235 p.

FÁVERO, Osmar. Apresentação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 7-11.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife*, n. 4, p. 5-22, abr. jun. 1963. [reproduzido em: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 99-126]. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ_.pdf>.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/eduliber.pdf>>.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire; Brasília: Unesco, 1996.

GONÇALVES FILHO, Antenor. *Educação e literatura*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

- LAMBERT, Jacques. *Os dois brasis*. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MANFREDI, Sílvia. M. *Política e educação popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Braziliense, 1973.
- RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Disponível em: <http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf>.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SODRÉ, Nelson W. *A ideologia do colonialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SODRÉ, Nelson W. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: esboço biográfico – retrato interrompido de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- WEFFORT, Francisco C. Educação e política [Apresentação]. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 1-26.
Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/eduliber.pdf>>.

Célio da Cunha, professor aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), ex-assessor especial da Unesco no Brasil, é professor do Centro de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB).
celio.cunha@brbturbo.com.br

Recebido em 27 de outubro de 2013.
Aprovado em 6 de novembro de 2013.